

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 6, de 2023 (nº 91/2023, na origem), do Presidente da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.*

RELATOR: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar de antemão a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto acerca da matéria.

Para tanto e em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo.

Nascido em 16 de agosto de 1957, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, o Embaixador RICARDO NEIVA TAVARES é filho de Tulio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares.

O indicado terminou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1980. Também no mencionado Instituto, participou do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1985; e do Curso de Altos Estudos, em 1997, tendo defendido a tese “As Organizações Não Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação”, que foi posteriormente publicada pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Alexandre de Gusmão.

Ainda no plano acadêmico, cursou Direito na Universidade de Brasília (UnB). Estudou, por igual, na prestigiosa Escola Nacional de Administração (ENA), atual Instituto Nacional do Serviço Público (INSP), em Paris, França, onde se graduou em 1984.

Em relação à carreira no Itamaraty, o diplomata indicado tornou-se Terceiro-secretário em 1980; Segundo-secretário em 1982; Primeiro-secretário em 1987; Conselheiro em 1994; Ministro de segunda classe em 2001; e Ministro de primeira classe em 2005. As promoções sempre ocorreram por merecimento.

Foi designado para diversas funções ao longo da carreira, com destaque para: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris, de 1986 a 1989; Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio, de 1989 a 1993; Assessor da Secretaria-Geral do MRE, de 1993 a 1995; Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 1995 a 1998; Conselheiro na Embaixada em Camberra, de 1998 a 2001; Chefe da Assessoria de Comunicação Social, de 2003 a 2006; Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2006 a 2008; Embaixador da Missão do Brasil junto à União Europeia, de 2008 a 2013; Embaixador em Roma, de 2013 a 2016; Embaixador e representante permanente junto a Organismos Internacionais em Viena, de 2016 a 2018; Assessor-chefe de assuntos internacionais no Supremo Tribunal Federal, de 2020 a 2022.

Desempenhou, ademais, numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação em organizações internacionais, bem como de conferências diplomáticas.

O indicado, além disso, foi agraciado com condecorações nacionais, como a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Aeronáutico. Também recebeu condecorações estrangeiras, a exemplo da Grande Insígnia de Honra em Ouro, com Estrela, por Serviços, da República da Áustria; de Cavaleiro de Grã-Cruz da Ordem do Mérito, da Itália; de Comendador da Ordem Real do Mérito,

da Noruega; de Comendador da Ordem Real al Alaoui, do Marrocos e, pela França, de Oficial da Ordem da Legião de Honra e de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República Francesa e o Principado de Mônaco. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desses países, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Recolhemos desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, algumas informações que visam subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

Considerada tradicional polo de disseminação das artes e da cultura ocidental, a França, que é o maior país da União Europeia (UE) em área, segue sendo a região mais visitada do mundo. Essas circunstâncias são, por si, eloquentes da sua importância no concerto das nações. Some-se a isso o fato de que os franceses estão na vanguarda das indústrias aeroespaciais, de biotecnologia e de telecomunicações. Distinguem-se, além disso, como potência econômica, militar e nuclear. Ademais, o país é, ao lado da Alemanha, um dos pilares da UE.

O histórico relacionamento com Brasil funda-se em bases sólidas. Suficiente, no ponto, recordar que a França foi o primeiro país europeu a reconhecer a independência brasileira, em 1825. Dado revelador desse convívio bem-sucedido é o número de acordos bilaterais a nos vincular nos dias de hoje.

Em 2006, as relações atingiram patamar de Parceria Estratégica, o que possibilitou o estabelecimento de uma agenda de intercâmbio e cooperação bastante abrangente. Nesse sentido, foi instituído em 2008 o Plano de ação da Parceria Estratégica franco-brasileira. Esse instrumento contempla distintas perspectivas que vão do diálogo político às relações econômicas e comerciais; do desenvolvimento sustentável à educação; da cooperação nas áreas de defesa, espaço e energia nuclear aos temas migratórios e transfronteiriços.

A França é tradicional parceira do nosso país nos campos da ciência, tecnologia e inovação. Dessa forma, o país se tornou destino habitual para estudantes e pesquisadores brasileiros. Vem daí a consistente cooperação no domínio das tecnologias sensíveis. A expressão mais firme dessa troca materializa-se, nos dias de hoje, no setor da defesa. Nesse campo, os programas de Desenvolvimento de Submarino (PROSUB) e de Desenvolvimento e

Nacionalização de Helicópteros (H-XBR) associados à colaboração nos setores espacial e de supercomputadores demonstram o grau de sofisticação e maturidade das relações bilaterais.

Disso resulta forte presença de empresas e investimentos franceses na economia brasileira, valorizada tanto por nosso significativo mercado interno quanto por ser ponto de apoio para incursões nos demais países da região em que estamos inseridos. Merece realce, por igual, o fato de ambos os países compartilharem 730 quilômetros de fronteira, que justificam o trabalho contínuo da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça.

Outro aspecto relevante no relacionamento bilateral é a superlativa comunidade brasileira em solo francês. Estimativas da nossa chancelaria indicam que aproximadamente 90.000 brasileiros vivem na França metropolitana e mais 82.500 no território da Guiana Francesa (GF). Para atender essa comunidade de cerca de 172.500 pessoas, o Itamaraty mantém consulados-gerais em Paris e Marselha, bem como em Caiena (GF). Para além disso, conta com consulado em Saint-Georges de l'Oyapock (GF) e consulados honorários em Angers, Bastia, Clermont-Ferrand, Bordeaux, Dijon, Estrasburgo, Havre, Lille, Lyon, Nantes, Nice, Toulouse, Fort-de-France (GF) e Pontie-à-Pitre (GF).

Em relação ao comércio bilateral, ele reflete o denso relacionamento franco-brasileiro. Nesse sentido, as trocas são expressivas e diversificadas. Em 2022, por exemplo, a corrente de comércio franco-brasileira atingiu a cifra de US\$ 8,4 bilhões. Esse o quadro, a França figura em 24º lugar no ranking de destino de nossas exportações e em 13º na tabela de importações. O dado desfavorável é o reiterado déficit em desfavor do Brasil.

Sobre Mônaco, importa registrar que se trata do menor país do mundo, desconsiderada a situação *sui generis* do Vaticano. O Principado está encravado na costa mediterrânea da França e é governado desde 1297 pela dinastia dos Grimaldi. Cuida-se, como se sabe, de luxuoso centro de turismo internacional, que tem nas atividades financeiras sua principal fonte de renda.

A cooperação entre Brasil e Mônaco teve início com o estabelecimento de relações consulares em 1911. O relacionamento diplomático formal, no entanto, só foi estabelecido em 2010. No momento atual, a Embaixada brasileira em Paris tem competência para gerir as relações bilaterais.

No plano econômico, o relacionamento tem dinamismo compatível com o tamanho da economia monegasca. O número de brasileiros residentes no

Principado é estimado em cerca de 100 pessoas. Esse contingente humano representa a terceira maior comunidade do hemisfério americano residente em Mônaco, depois dos nacionais estadunidenses e canadenses.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator